

## **O SILÊNCIO DOS AFOGADOS. O DESAPARECIMENTO DA POPULAÇÃO RIBEIRINHA NO NOTICIÁRIO SOBRE A CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE GARABI**

Carlos Dominguez<sup>1</sup>

### **Resumo**

Este artigo trata da produção de conteúdo jornalístico sobre um acontecimento específico na área de jornalismo ambiental, onde se analisa a produção de sentido destes textos, verificados em suas versões on-line de circulação em diferentes meios (locais, regionais, estaduais e nacionais), de forma a traçar um panorama da circulação do discurso ambiental dentro de representativo setor da mídia impressa brasileira e argentina. Esta análise faz parte de uma reflexão maior sobre o tema que vem sendo trabalhado no PPGCOM da UFRGS pelo autor. Tal análise busca demonstrar sutilezas dos processos de produção editorial e suas especificidades ideológicas bem como, apontar questões de poder entre os campos sociais do mercado simbólico e as diferentes estratégias de comunicação de quatro setores: governos, Ongs ambientalistas, mídia e ribeirinhos do Rio Uruguai referentes a um acontecimento midiático único, a obra do Complexo Hidrelétrico de Garabi. Toda esta disputa se dá também no universo midiático discursivo e tem suas estratégias de formação de sentido evidenciadas na mídia. Neste artigo são abordadas a prevalência do campo econômico na organização do fluxo informacional em um noticiário unidirecional e o silenciamento de significativos setores da sociedade organizada e população em geral.

### **Palavras-chave**

Jornalismo, Jornalismo Ambiental, Acontecimento, Discurso, Hidrelétricas, Rios

### **Abstract**

This article deals with the production of news content on a specific event in the field of environmental journalism, analyzing the production of meaning of these texts, checked in their online versions circulating in different media (local, regional, state and national), in order to draw a picture of the circulation of environmental discourse in the print media industry representative in Brazil and Argentina. This analysis is part of a broader reflection on the theme that has been worked in PPGCOM, UFRGS, by the author. This analysis seeks to demonstrate the subtleties of the editorial and production processes as well as their specific ideological, point issues of power between the fields of the social symbolic market and the different communication strategies of four sectors: governments, environmental Ongs, media and the Uruguay River bordering the related a single media event, the work of the hydroelectric complex Garabi. This whole dispute is also in the media universe has its discursive and training strategies highlighted in the media sense. This article discusses the prevalence of the economic field in the organization of information flow in a unidirectional news and silencing of major sectors of organized society and the general population

### **Keywords**

Journalism, Environmental Journalism, Event, Discourse, Plants, Rivers

## 1. Introdução

“A possibilidade de um certo tipo de discurso, inscrito na luta para transformar as relações sociais, estar, para além dos seus conteúdos benévolos e de suas intenções apregoadas, reproduzindo e reforçando a grade de leitura e efeitos de poder da cultura que se deseja mudar, eis uma questão e que merece, ao meu ver, atenção mais detalhada.”

Eliseo Verón

Levantamos neste artigo a hipótese da predominância, dentro dos discursos sociais presentes na cobertura midiática de um acontecimento de grande impacto ambiental observado em um corpus de análise, de um domínio do campo econômico/político na produção de notícias, desde a definição das pautas, passando pela apuração, edição e publicação, no decorrer do intervalo de tempo de 2007 até 2011.

Buscou-se, portanto, neste trabalho, apontar de onde falam os principais atores envolvidos midiaticamente e os fluxos de comunicação. Foi utilizada a metodologia de análise do discurso como instrumento na aproximação com os discursos midiáticos referentes a um problema nitidamente ambiental e jornalístico: a obra do Complexo Hidrelétrico de Garabi e as consequências ambientais do empreendimento, como a submersão da mata às margens do Rio Uruguai, nos parques do Turvo e Mocoña, o fim da visibilidade do Salto do Yucumã (uma das sete maravilhas do Rio Grande do Sul e o maior salto longitudinal do mundo), o deslocamento de milhares de famílias, o fim de cidades e localidades por conta da obra futura de duas usinas nas localidades de Garruchos e Porto Mauá.

A discussão da pauta ambiental na mídia, nas instituições governamentais e em setores organizados ou não da sociedade brasileira contemporânea revela estratégias discursivas específicas que podem mostrar as posições dos principais atores sociais e apontar as vozes presentes no discurso jornalístico. Como questão de fundo aparece primeiramente a posição dos setores sociais distintos frente a uma relação conflituosa por excelência. A relação cultural entre o homem e a natureza molda o entendimento da preservação e da exploração das riquezas naturais.

É um tema atual em disputa dentro do mercado simbólico. Inferimos que seria por meio desta disputa simbólica que atores sociais ligados ao ambientalismo podem buscar inverter a lógica dominante de priorizar os aspectos econômicos e políticos nas

intervenciones sociales gubernamentales. E, por conta desta dinâmica, reforçar o discurso da necessidade de preservação ambiental que objetiva ser pretensamente universal neste começo de século. Como se dá esta dinâmica é o que pretendemos destacar a partir da observação inicial dos discursos dos órgãos estatais e da Ongs ambientalistas, oriundos de sites e postados de forma pretensamente noticiosa.

Também buscamos apontar na observação deste acontecimento midiático, aspectos singulares da cobertura jornalística do tema na grande mídia brasileira e argentina. De maneira mais específica, surge uma questão vital para a análise de um acontecimento jornalístico. Começemos do princípio. A saber: a comunicação jornalística ambiental na imprensa brasileira e argentina é unidirecional? Em outras palavras, seriam de fato inseridas em um processo de produção jornalístico, onde os repórteres e editores encarregados de cobrir temas ligados ao meio ambiente utilizam as consagradas práticas do fazer jornalísticos denominadas “ouvir os dois lados” e “checar as informações com profundidade”? Este ponto foi verificado dentro da problemática das fontes primárias e na questão do fluxo informacional dos noticiários.

Tal interrogação foi construída a partir da análise discursiva do noticiário publicado por empresas jornalísticas, empresas estatais, Ongs ambientalistas que trataram do tema “Complexo Hidrelétrico de Garabi”, iniciativa binacional dos governos da Argentina e do Brasil de construir uma grande hidrelétrica sobre o Rio Uruguai, na região do Noroeste do Rio Grande do Sul e leste da Província de Corrientes, na Argentina.

Anunciada em 9 de setembro de 2008 pelos presidentes Luís Inácio Lula da Silva e Cristina Kirchner, em Brasília, com previsão de gerar 1,89 MW, o projeto prevê erguer duas usinas no trecho binacional do rio. A ideia é antiga. Em 1972 os dois países fizeram o primeiro tratado. Os estudos foram até 1988. Na década de 90, no entanto, a iniciativa parou por conta da crise econômica e da mobilização dos movimentos sociais contrários ao empreendimento. Na época, o símbolo das ações ambientais contra Garabi era a submersão do Salto do Yucumã e das áreas de preservação ambiental nos dois lados do rio. Os movimentos sociais obtiveram êxito aparente até 2008. Hoje, por meio dos enunciadores oficiais, os novos projetos das usinas hidrelétricas prometem não inundar o Salto do Yucumã, nem as áreas de proteção, baixando as cotas das barragens, mas ambientalistas dos dois países desconfiam da veracidade dos dados oficiais. Na

Argentina, até um plebiscito poderá acontecer para consultar a população sobre a obra das barragens.

Esta análise noticiosa foi ancorada na Análise do Discurso. Por está teoria ser basicamente comparativa e contextualizante, incluímos de forma meramente ilustrativa, ao final do artigo um fragmento de discursos dos moradores da área do entorno do Parque Estadual do Turvo e ribeirinhos do Rio Uruguai, alvo de um levantamento jornalístico que recolheu os depoimentos orais por três anos. Tal inclusão objetivou buscar elementos para começar a traçar apontamentos sobre os silenciamentos midiáticos e sua influência no processo de formação de sentido na mídia brasileira e argentina.

## **2. Contextualizando a discussão ambiental e os empreendimentos hidrelétricos**

Na época atual, todos aqueles que entendem que podem ganhar ou perder alguma coisa com a implantação de empreendimentos hidrelétricos tornam-se atores sociais interessados em se posicionar em relação a algum tipo de impacto da iniciativa. É criada, assim, uma teia de relações com foco neste objeto. As redes de formação de sentido têm inúmeras capilaridades além da distribuição formal de notícias pelos meios tradicionais. Ela se dá dentro do universo político administrativo, nos níveis federais, estaduais e municipais; envolve todo o setor de geração de energia de dois países continentais; mobiliza grandes empresas consumidoras de energia e as maiores empreiteiras que participam das grandes licitações de obras do setor público. E, conseqüentemente atingem as populações dos dois países e impactam significativamente nos ambientes naturais. Neste artigo, tais aspectos são considerados apenas como o contexto informativo que o jornalista que se debruça sobre o tema tem como manancial para elaborar as notícias.

O Brasil e a Argentina têm particularidades culturais e ambientais únicas no mundo. No tecido social exposto pelo aparato midiático encontra-se uma diversidade discursiva que revela relações de poder entre campos sociais que representam algumas destas particularidades. Neste estudo de caso específico foram, por três anos, recolhidas amostras destes discursos midiáticos. Tais parcelas permitiram identificar, em um primeiro momento, grupos de interesse que poderiam capitanear atores sociais para entrar na discussão do empreendimento. Entre eles, surgem os próprios empreendedores

governamentais, as prefeituras dos locais onde será localizado o empreendimento, grupos étnicos e populações tradicionais, instituições religiosas, instituições de pesquisa, meio acadêmico, Ministério Público, movimentos sociais, ONGs, produtores rurais e sindicatos, atuando proporcionalmente à sua capacidade de mobilização e, desta forma, atingindo graus de visibilidade condizentes com sua capacidade de atuação midiática.

Estes grupos buscam adquirir visibilidade para seus posicionamentos dentro da mídia local, nacional e internacional. Paradoxalmente, observa-se que independentemente a esta forte organização social, os discursos presentes nas notícias analisadas em sites jornalísticos e jornais de circulação estadual e nacional não dão vozes à maioria destes atores sociais. Esta contradição aparente originou a uma reflexão maior que busca apontar, por meio da observação desta disputa do campo simbólico, situações de poder na condução de ações governamentais de grande impacto ambiental.

No contexto deste artigo são trabalhadas algumas reflexões da análise ainda parcial de um corpus discursivo, no período de setembro de 2007 até setembro de 2011. O recorte temporal se deve a um marco factual da discussão do Complexo de Garabi. Historicamente, o projeto surgiu no final da década de 70, durante o *boom* dos empreendimentos hidrelétricos no Brasil. A ideia foi abandonada pelos governos e teve sua retomada neste século, na metade de 2006, quando um grupo de estudos binacional foi criado a partir de uma iniciativa política brasileira e uma escassez energética argentina. O fato político mais recente foi a assinatura, em 2008, entre o presidente Luís Inácio Lula da Silva, do Brasil, e Cristina Krischner, da Argentina, de um acordo para a implantação das usinas. Antes e depois deste fato o assunto retornou as páginas dos jornais nos dois países. Buscou-se assim, em um primeiro momento, observar as edições on-line dos jornais Folha de São Paulo e Zero Hora e Clarin e Página 12.

Neste período, a incidência de notícias, nas editoriais em que ocorreu a publicação, foi a seguinte:

#### **Notícias e editoriais – direcionamento de campo**

Clarín - 32 referências – Política (27), Zona (2), El Mundo (2) e Sup. iEco (1)

Folha de São Paulo – 19 referências – Dinheiro

Página 12 – 31 referências – El País

Zero Hora – 5 referências – Geral

**Fonte: Clarin, Folha de São Paulo, Página 12 e Zero Hora em seus respectivos sites**

Num segundo momento foram observados meios de comunicação regionalizados, como jornais e sites do interior do Rio Grande do Sul, mais precisamente na região da Grande Santa Rosa, Noroeste gaúcho, próximo de onde está planejada a implantação da barragem e onde acontecerão os maiores impactos ambientais. Nestes periódicos não há uma separação por editoria estabelecida como nos jornais maiores, motivo pelo qual tal informação de divisão editorial não foi considerada. Estas notícias serão exemplificadas posteriormente.

Dentro desta perspectiva, neste acontecimento, pode-se dizer que são atores sociais geradores primeiros de informações os governos dos dois países em suas diversas instâncias e órgãos governamentais federais. É na cúpula destas duas instâncias que os projetos são propostos e encaminhados. E nos sites de divulgação jornalísticas destes órgãos, bem como na atuação de suas assessorias de imprensa, é que os conteúdos sobre a construção da usina de Garabi ganham a sua divulgação para as mídias nacionais, estaduais e municipais. É o que pode ser identificado no noticiário analisado primeiramente. Neste ponto cabe ressaltar que a divulgação em veículos estaduais serviria como base para os veículos de cidades circunvizinhas a região onde seria instalado o complexo de Garabi.

### **3. A cobertura midiática e o acontecimento no jornalismo ambiental**

Esta formulação está baseada na análise do noticiário do dia do anúncio pelos presidentes do Brasil e da Argentina da retomada do projeto do Complexo de Garabi, em 2008, e na posterior inclusão do projeto dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) do governo federal do Brasil, em 2010. Como será demonstrado a seguir, o fluxo informacional observado nos jornais nacionais como Página 12 e Clárim, da Argentina, jornais estaduais como Zero Hora e Correio do Povo, do Brasil, e periódicos regionais como Jornal a Tribuna (Santo Ângelo-RS), Folha da Produção (Cerro Largo-RS) tem seu discurso dominante, dentro do que foi observado por esta análise, como uma reprodução de mensagens originadas de fontes oficiais e invariavelmente reproduzidas em sites governamentais como o do Ministério de Minas

e Energia do Brasil, e Ministério de Planificación Federal e Inversión Pública y Servicios da Argentina. A única voz destoante em relação a esta produção de sentido pode ser encontrada nos sites ligados a ONGs ambientalistas do Brasil e da Argentina. Mas os ambientalistas não falam na grande mídia.

Por meio da análise dos discursos sociais referentes ao noticiário observado pode-se apontar como orientação do fluxo informacional dominante os parâmetros abaixo mencionados, seguindo a hierarquia verticalizada descrita a seguir para a emissão primária das mensagens envolvendo o projeto de construção do complexo hidrelétrico de Garabi. Objetivando, o fluxo de informação dominante encontrado dentro do noticiário analisado obedece à seguinte ordem de emissão primária:

- 1) Governos federais do Brasil e Argentina (Presidência da República e Ministros de Estado);
- 2) órgãos técnicos governamentais ligados ao setor de energia elétrico nas esferas nacional e estadual, membros dos poderes executivo estadual e municipal;
- 3) dirigentes de primeiro e segundo escalão de empresas estatais e de economia mista ligadas ao setor energético;
- 4) classe empresarial, empreiteiros, associações e organizações de classe que participam de licitações e consórcios para a exploração de concessões ou parcerias público privadas;
- 5) lideranças municipais e microrregionais, políticos municipais e associações de municípios, câmaras de vereadores, órgãos representativos de classe, sociedade civil organizada;
- 6) pesquisadores ligados a universidades público ou privadas, ONGs, sindicatos, entidades representativas de minorias e atingidos por barragens, sindicatos.

Tal ordem, assim caracterizada, está inserida dentro do caráter imediatista e de atualidade dos noticiários, sendo amparada por critérios de noticiabilidade evidenciados na cobertura jornalística do acontecimento Garabi. Não obstante, dentro da complexidade da formação das agendas técnico-políticas das presidências da República de dois países seria ingenuidade ignorar a pressão dos grupos de interesse que atuam em esferas administrativas que detém poder decisório e de assessoramento diretamente ligadas ao Executivo federal brasileiro e argentino. Tais grupos agem de maneira extra-midiática e intra-midiática, se valendo de estratégias de convencimento administrativas

apoiadas no discurso do aparato técnico-informacional que serve a lógica da organização social dominante. São mensagens que atuam efetivamente nos bastidores das decisões governamentais somando-se as diretrizes firmadas na Iniciativa de Integração de Infra-estrutura Regional Sul Americana (IIRSA), firmado pelos presidentes em 2000, em Brasília. Este contexto é uma questão de poder político administrativo verificado em sua faceta midiática.

Porém, antes de prosseguir na análise noticiosa é necessário fazer uma reflexão sobre algumas peculiaridades do fazer jornalístico e da produção de notícias dentro do que se convencionou chamar de jornalismo ambiental. Historicamente, as maiores empresas jornalísticas deixam o jornalismo ambiental restrito a um espaço marginal, como cadernos descolados do noticiário factual e distante das manchetes de capa. Ao espaço nobre do jornalismo impresso, a capa, o ambiente só costuma aparecer na primeira página na maioria das vezes quando do acontecimento de catástrofes. De acordo com Bueno, por conta da necessidade de aumentar a audiência, a grande imprensa “integra o circuito viciado da chamada notícia-espetáculo” (BUENO, 2011). E este procedimento resulta em abordagens superficiais e uma falta de continuidade nas coberturas. Informações de grande interesse público são isoladas e descontextualizadas, além disso, se dá voz “apenas aos representantes dos grandes interesses, às fontes oficiais, agindo de maneira preconceituosa e desleal com entidades da sociedade civil que exercem vigília permanente para defender os consumidores, os pequenos produtores rurais, os povos da floresta, os agricultores familiares e os excluídos da terra” (BUENO, 2011).

De um modo geral, a atual cobertura jornalística desta análise carece de investigação e está focada em declarações de autoridades ligadas às empresas estatais do setor elétrico, políticos e administradores governamentais. Os jornalistas não investigam e desconhecem as relações de poder discretamente disfarçadas dentro dos discursos das “solicitas” fontes governamentais e, em um regramento tático de não-enfrentamento, nas redações, às suas chefias diretas, aceitam pautas vazias e de simples acompanhamento de agendas de órgãos públicos. Se este cenário é ruim para o jornalismo em geral, ainda mais complicada é a situação para o jornalismo ambiental, o qual deveria servir de facilitador para o entendimento entre as diversidades sociais. Mas, prosseguir neste rumo nos levaria a perder o foco neste artigo. Antes é preciso fazer algumas considerações sobre a notícia.

Notícia é uma construção social (ALSINA, 1989). O jornalista é um agente social imerso no tecido desta realidade e sujeito aos condicionamentos na formação de seu entendimento de sua sociedade e do próprio papel da mídia na criação de consensos quanto a temas de grande impacto. As influências exercidas pelo fluxo de informações sobre estes profissionais se evidenciam no momento das definições das pautas e enfoques a serem adotados na edição dos conteúdos a serem publicados e na exclusão de outros. Se um significativo setor desta sociedade, diretamente envolvido com um acontecimento ambiental é relegado ao silêncio, devemos buscar os porquês desta prática. A pluralidade é essencial ao jornalismo. Mais ainda ao jornalismo ambiental. Temos que o fazer jornalístico é uma prática discursiva de interpretação dos acontecimentos sociais. Jornalismo é uma atividade que propicia a mudança social. Um acontecimento jornalístico ultrapassa as barreiras dos critérios usuais de noticiabilidade, quando ganha repercussão dentro da sociedade e passa a influenciar comportamentos sociais. Por isso, o foco da ação jornalística deveria estar sempre no interesse público de uma comunidade. Dentro da disputa de sentido entre os grandes grupos de produção de conteúdo jornalístico, despontam primeiro, entretanto, as instâncias governamentais do poder público, as empresas que trabalham diretamente com empreendimentos de grande impacto socioambiental, para apenas em um segundo momento ser dada voz (ou não) aos grupos organizados da sociedade civil, cientistas e pesquisadores. Observa-se, neste caso, a circulação de um discurso monofônico e não polifônico, onde a multiplicidade das fontes revelaria não uma pluralidade de vozes e representações sociais, mas sim, uma subordinação vertical do jornalista às fontes de informações oficiais.

O Jornalismo Ambiental, como saber ambiental, não é propriedade dos que detêm o monopólio da fala, mas deve estar umbilicalmente sintonizado com o pluralismo e a diversidade. O Jornalismo Ambiental deve potencializar o diálogo entre o catedrático e o pescador, entre o agrônomo e o trabalhador rural, o mateiro e o biólogo e não deve estigmatizar a sabedoria dos pajés (BUENO, 2008, p. 111 apud GIRARDI e SCHWAAB, 2008).

As autonomias dos campos sociais e suas sutis inter-relações foram apontadas por Mikhail Bakhtin quando o autor afirma que “cada campo de criatividade ideológica tem seu próprio modo de orientação para a realidade e refrata a realidade à sua própria maneira. Cada campo dispõe de sua própria função no conjunto da vida social” (1997, p.33). Na análise da problemática ambiental e jornalística, nos parece que a abordagem teórica referida por Bakhtin é a mais adequada para dar conta do objeto recortado no

corpus de análise e contextualizado na sua inserção no tecido social.

Hoje, os conflitos entre setores organizados e grupos sociais atingidos pela construção de grandes barragens são considerados como um fator de risco pelo próprio governo e empresas, em seus relatórios. Por outro lado, as pautas de reivindicações dos movimentos sociais tornam-se mais abrangentes, indo do problema da terra e remanejamento da população urbana e rural à desarticulação das relações sociais, da base produtiva e à especulação imobiliária. Nas mesas de negociação, discute-se, também, sobre o patrimônio arqueológico, histórico e cultural, sobre a base de recursos naturais e a biodiversidade, sobre a perda de potencial turístico (praias, cachoeiras, belezas cênicas), de recursos naturais (minerais, biodiversidade) e de disponibilidade de água para atender aos usos múltiplos dos recursos hídricos.

Fica a questão, diante de tão vasta pauta de reivindicações. Quais são os atores sociais (vozes) e qual sua inserção no mercado simbólico que surge dentro da cobertura do acontecimento jornalístico em um caso definido de intervenção das instituições governamentais para a realização de um empreendimento de grande impacto sócio-ambiental? Acreditamos que a análise dos discursos sociais possibilita esta apreensão do momento de sua expressão midiática e apresenta os aspectos da busca pela hegemonia.

Definir os discursos como práticas sociais implica que a linguagem verbal e as outras semióticas com que se constroem os textos são partes integrantes do contexto sócio-histórico e não alguma coisa de caráter puramente instrumental, externa às pressões sociais. Têm assim papel fundamental na reprodução, manutenção ou transformação das representações que as pessoas fazem e das relações e identidades com que se definem numa sociedade, pois é por meio dos textos que se travam as batalhas que, no nosso dia a dia, levam os participantes de um processo comunicacional a procurar 'dar a última palavra, isto é, a ter reconhecido pelos receptores o aspecto hegemônico do seu discurso (PINTO, 1999, p.24).

Este caráter basilar da Análise do Discurso possibilita um mergulho, se não seguro, ao menos com horas definidas de reserva de oxigênio, no mar revoltoso dos discursos jornalísticos e não-jornalísticos envoltos na tempestade dos conflitos ambientais. Neste momento, é apropriado dizer que nesta abordagem os discursos jornalísticos não têm neutralidade. É o que frisa Milton José Pinto quando aponta que, “para a análise de discursos, todo o texto é híbrido ou heterogêneo quanto à sua enunciação, no sentido de

que ele é sempre um tecido de “vozes” ou citações, cuja autoria fica marcada ou não, vindas de outros textos preexistentes, contemporâneos ou do passado” (1997, p.27). O analista “os percebe não apenas como um espaço e agente de reprodução do status quo, mas também de luta política e da transformação social” (ARAÚJO, 2002, p.31). E onde há luta política e transformação, estão ocorrendo disputas de poder.

A colocação da questão do poder na análise de uma prática jornalística, no caso um acontecimento a ser observado e analisado levando em conta os pressupostos do campo de formação de sentido denominado jornalismo ambiental, confere à questão abordagens específicas. Recordamos a pergunta de Foucault: “Em uma sociedade como a nossa que tipo de poder é capaz de produzir discursos de verdade dotados de efeitos tão poderosos?” (FOUCAULT, 1979, pg 179). Por hipótese, buscaremos verificar a força do campo econômico nesta produção de verdade.

Hoje, os discursos ambientais já se encontram além da dicotomia de se defender o progresso pela ciência ou se advogar pela sustentabilidade. Ao menos nos estudos epistemológicos que refazem as trajetórias dos conceitos como sustentabilidade, diversidade e mesmo meio ambiente, já estão apontadas a fragmentação de lugares de enunciação em mais posições discursivas. Neste contexto, o discurso jornalístico comungaria desta dualidade ou colocar-se-ia em uma terceira ou quarta variável?

Estas indagações nos levam a questão do acontecimento apontada por Foucault. Se os acontecimentos têm de ser analisados pela sua particularidade única, onde nenhum fato deve escapar e nenhum deve ser silenciado, e, portanto, não devemos seguir a tradição da história que tende a “dissolver o acontecimento singular em uma continuidade ideal” (FOUCAULT, 1979, p 28), qual seria o caminho para o jornalismo ambiental? Encontramos em Luckman uma clara posição sobre esta questão.

Enquanto meio de interpretar o mundo, o jornalismo, e particularmente o jornalismo ambiental, tem como desafio incorporar essas reflexões em seu cotidiano. Isso não é uma tarefa simples, na medida em que, como já observamos, os profissionais da área veem-se envolvidos num processo cada vez mais dinâmico e opressivo, onde a pressão por uma produção cada vez mais ágil dificulta a execução de um trabalho realmente reflexivo. Nesse sentido, acreditamos que dificilmente chegaremos a um jornalismo ideal – e especificamente a um jornalismo ambiental nota “10 com estrelinha” – na medida em que fatores como as condições de trabalho e a própria formação dos

profissionais da área sempre vão atravessar esta produção.  
(LUCKMAN, 2006, pg 65)

Por que motivos se deixam na obscuridade fatos históricos importantes e, assim, apagá-los da consciência pública? É o que verificamos na questão ambiental das coberturas que envolvem empreendimentos governamentais. A análise das notícias, sua formação discursiva e, ainda, o apontamento dos enunciadores revela as vozes presentes nos discursos e a inexistência de uma polifonia de fontes. Tal característica, contraposta ao contexto produtivo maior, permite a compreensão dos discursos silenciados e, enfim, aponta dinâmica de atuação dos poderes que definem o motivo desta exclusão ou ausência no espaço discursivo produzido pelo noticiário.

Dentro do referido processo, o discurso ambiental teria diversos fluxos de propagação, de acordo com a inserção da população a que se dirigem no meio técnico-científico informacional (SANTOS, 1998). O mais influente, contudo, seria o fluxo informacional dos órgãos institucionais, por meio de suas assessorias de imprensa, junto com os atos políticos dos dirigentes e administradores federais. Por outro lado, existem parcelas da população excluídas da cobertura logotécnica. Estes são os ribeirinhos do Rio Uruguai que vivem na margem do rio e à margem da cobertura midiática. Assim sendo, na disputa simbólica das instâncias que se utilizam do campo das mídias para elaborarem grandes narrativas ambientais, estariam presentes *players* de campos sociais distintos dentro dos conteúdos jornalísticos veiculados que, no momento do consumo, se territorializam e expressam determinadas hegemonias. As demais, contraditoriamente à prática jornalística clássica, são silenciadas.

**A análise possibilitou a visualização de quatro grandes blocos de notícias oriundas de:**

- 1) Jornais brasileiros, divididos entre nacionais, estaduais e regionais;
- 2) Jornais argentinos, divididos entre nacionais, estaduais e regionais;
- 3) Sites ambientalistas, brasileiros e argentinos;
- 4) Sites de órgãos governamentais, brasileiros e argentinos.

A problemática do fazer jornalístico e a necessidade de uma pluralidade de vozes se acentuam ao abordar um acontecimento complexo, onde diversos campos sociais

buscam garantir a visibilidade de seu discurso e forçar um consenso, a partir de determinado ponto de vista, para através da mídia, atuar efetivamente na opinião pública da população que será atingida diretamente com tal empreendimento hidrelétrico. Porém, este artigo aponta, nesta análise inicial para o silenciamento das vozes e a supremacia do campo econômico político.

Para encaminhar os apontamentos finais deste artigo, gostaríamos de exemplificar quatro campos de formação de sentido mais diametralmente opostos dentro da amostra trabalhada. Uma notícia veiculada em um jornal regional, da cidade de Santa Rosa, os conteúdos colocados nos sites das empresas estatais energéticas, alguns enunciados dos sites ambientalistas do Brasil e da Argentina a voz dos moradores ribeirinhos. Neste momento, o material jornalístico dos veículos brasileiros e argentinos, nacionais e estaduais (provinciais) não será detalhado, por conta das limitações do artigo. Apenas foram citadas anteriormente as evidências discursivas identificadas em uma análise destinada a contextualizar o procedimento de produção jornalística e apontar os fluxos iniciais de informação, bem como as vozes mais presentes nos discursos.

Pois bem. Seguem abaixo, os principais aspectos de uma notícia do Jornal Noroeste, município de Santa Rosa (RS), maior cidade nas proximidades do local onde serão construídas as usinas.

*As duas hidrelétricas projetadas para o rio Uruguai, Roncador (Porto Vera Cruz) e Garabi (Garruchos) foram incluídas no PAC 2 (Programa de Aceleração do Crescimento) lançado na segunda-feira, 29, pelo presidente Lula. A medida, acompanhada da primeira destinação de recurso para o projeto, teve intensa repercussão midiática na região de Santa Rosa, especialmente entre os prefeitos e lideranças empresariais. A usina projetada para Porto Vera Cruz trará reflexos econômicos em toda a região Noroeste, mas com maior impacto nos municípios costeiros, incluindo-se no grupo Alecrim, Porto Mauá, Novo Machado e Doutor Maurício Cardoso. Valter Cardeal, diretor de Engenharia da Eletrobrás, destacou que a inclusão deve antecipar o início das obras para 2012. A pressa maior é da Argentina, que tem carência urgente de energia elétrica. As duas usinas são alvos de discussões de várias décadas entre os dois países. Ronaldo Custódio, diretor técnico da Eletrosul, fez uma declaração que aumentam as esperanças: “agora existe a decisão política dos*

*dois governos”.*

*Custódio explica, na notícia, que inicialmente deve ser elaborado o estudo ambiental e o cadastro socioeconômico, para identificar a população afetada. O licenciamento ambiental é o principal obstáculo a ser vencido, projeta Custódio, para que as obras possam iniciar em 2012. Ainda não está definido o porte que terá a hidrelétrica do Roncador, mas especula-se que a usina deverá ter uma capacidade de aproximadamente mil megawatts, o que exigiria um investimento em torno de R\$ 2 bilhões. A produção de energia é estimada para 2018.*

De acordo com o cenário proposto pela notícia, a região começará a ser transformada radicalmente já na fase de construção da barragem. *O projeto original, que previa a geração de 1,8 mil megawatts, geraria cerca de 30 mil empregos diretos e indiretos. O coordenador do grupo temático de energia da Fiergs, Carlos Faria, destaca que o empreendimento contribuirá para aumentar a integração energética entre Argentina e Brasil. Além disso, permitirá que o Rio Grande do Sul “importe” menos energia de outras regiões do País. Faria argumenta que o fato de o projeto de Garabi ser incluído nas obras do PAC 2 pode facilitar questões como financiamento e agilizar os licenciamentos ambientais. “Afinal, é um compromisso assumido pelo governo”, salienta o coordenador do grupo temático de energia da Fiergs. Faria acrescenta que há uma grande probabilidade de que a Eletrobrás conduza as obras da usina através da sua subsidiária Eletrosul.*

De forma mais objetiva, incluímos a seguir fragmentos de notícias (os primeiros parágrafos) veiculadas em site argentinos e brasileiros ligados a movimentos sociais e ambientalistas.

1) 02/03/2011 - Provinciales

Los misioneros siguen diciendo No a Garabí en toda la provincia

10:40 | Diferentes organizaciones sociales, gremios, ambientalistas, ciudadanos y representantes de partidos políticos continúan recorriendo la provincia brindando información sobre las consecuencias que generan la construcción de las represas en Misiones y recolectando firmas respaldando el No a Garabí.

2) Garabi-Panambi: complexo pode comprometer população e biodiversidade da

região. As hidrelétricas de Garabi e Panambi (Complexo Garabi), previstas para o trecho do Rio Uruguai na divisa com a Argentina, alagariam uma área de mais de 70 mil hectares, maior do que a área prevista para ser inundada por Belo Monte. Com a usina de Panambi, pelo menos 10% (1.750 ha) do Parque Estadual do Turvo estaria alagado, representando mais de 2 milhões de árvores, quantidade maior do que toda a arborização de Porto Alegre. Isso resultaria numa significativa perda de habitat na unidade de conservação florestal mais antiga e importante do Rio Grande do Sul, único local do estado que ainda abriga espécies ameaçadas como a onça, a anta, o tapiti, os araçaris, entre outros. Em <http://riouruguaiativo.wordpress.com/>

3) En un acto de defensa a su coterráneo el ecologista de Aristóbulo del Valle, Raúl Bregagnolo, aseguró que Closs no cuenta con la información necesaria entorno a la construcción de Garabi y dijo que los estudios que se realizan no definen la construcción.

El ecologista de Aristóbulo del Valle, Raúl Bregagnolo, manifestó su desacuerdo con la construcción de hidroeléctricas en la provincia y dijo que el gobernador no cuenta con la información necesaria en referencia a las consecuencias que traerán las represas. "En efectos globales y que afectan a muchas más personas hay que estar al día con la información, le tendrían que dar los datos adecuados al gobernador", manifestó. Em <http://noagarabi.blogspot.com.br/>

4) La represa de Garabí, inundará 35 mil has. misioneras

Viernes, 03 de Septiembre de 2010 00:43

Misiones - El gobernador Maurice Closs, confirmó hoy que unas 35 mil hectáreas del territorio de la provincia se inundarían por la proyectada construcción de una doble represa hidroeléctrica, en el río Uruguay, según un acuerdo entre los gobiernos de la Argentina y del Brasil. Closs convocó a una conferencia para dar a conocer el estado actual de esa iniciativa binacional, ante cuestiones que "a veces se plantean confusas, porque obras en la que hasta intervienen los presidentes de dos países responden a cuestiones administrativas, lo demás es especulación", puntualizó al aclarar los objetivos de su exposición. Em <http://represagarabisiono.blogspot.com.br/2011/02/la-represa-de-garabi-inundara-35-mil.html>

Destes fragmentos noticiosos, de órgão de imprensa tradicional de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul, e quatro de sites de cunho declaradamente ambiental, o analista pode avaliar que as vozes do discurso são distintas. As fontes de informações consultadas para as produções das matérias e citadas nos textos seriam as seguintes:

- 1) Na notícia do Jornal Noroeste - Valter Cardeal, diretor de Engenharia da Eletrobrás; Ronaldo Custódio, diretor técnico da Eletrosul; e Carlos Faria, coordenador do grupo temático de energia da Fiergs (Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul);
- 2) Nos sites ambientalistas No a Garabi, Represagarabisiono e Rio Uruguai Vivo - Raúl Bregagnolo, ecologista; Gobernador de Misiones, Maurice Closs;

Porém, muitas das informações presentes nos sites ambientalistas não têm origem especificada. Quando discorrem sobre os efeitos e danos ao ambiente da região, os dados são apresentados sem citações. E as sentenças mais contrárias aos empreendimentos, que não são veiculadas no noticiário regional, são colocadas como posições ou dos autores dos blogs, ou como opinião das Ongs ambientais, calcadas principalmente na constatação de conhecimentos de campo da observação in loco de empreendimentos anteriores semelhantes no Rio Uruguai. Dentro dos quatro blocos de discursos observados dois deles, dos jornais comerciais e dos sites institucionais, trazem a predominância de informações relacionadas ao projeto das usinas, valor dos investimentos, parceria entre os governos brasileiros e argentinos, geração de empregos, geração de energia elétrica, desenvolvimento regional e incremento de arrecadação para os municípios da região.

Em consequência, esta predominância se reflete no nível de informação a respeito do acontecimento por parte da população local, o que se revela nas falas dos ribeirinhos, que sinalizam para a falta de informações sobre o tema. O fato de o noticiário padronizar a cobertura, como um tema das editorias de economia dos periódicos, retira o acontecimento de um possível debate mais aberto em torno de um fato de maior complexidade do que seus efeitos internos ao universo econômico. É tentador imaginar a população regional lendo em jornais notícias classificadas como das editorias de economia. Notícias factuais escritas dentro dos jargões habituais do setor.

Junto aos movimentos sociais, o empreendimento é uma “ameaça” ao patrimônio ambiental. As notícias postadas pelos ambientalistas nos dois países tem um mote comum. Para eles, o complexo Ambiental Yucumã/Moconã é que está sendo ameaçado pela obra do complexo Hidrelétrico de Garabi. O ponto de vista dominante no noticiário traz como mote o questionamento ao modelo econômico que pontilhou o curso do Rio Uruguai com uma série de hidrelétricas.

Podemos apontar as seguintes informações presentes no noticiário dos sites ambientalistas: Alagamento, inundação de área verde, extinção de espécies, fim de corredor ecológico, transformação do rio em uma sucessão de lagos, deslocamento de populações ribeirinhas, alagamento de cidades. Para as autoridades governamentais, nos sites das empresas energéticas o discurso é mais discreto do que nos periódicos, em especial nos regionais. Ali, tanto nos títulos como nos textos, revela-se uma estratégia discursiva de que a obra é a possibilidade de finalmente “alavancar o progresso”.

Neste conflito, que tem nos enunciados jornalísticos sua maior visibilidade, os discursos sociais são indicadores da formação de sentido dos grupos que disputam a hegemonia dentro do mercado simbólico. Neste caso, por conta da específica observação e da análise dos grupos discursivos, presentes no noticiário selecionado, fica clara a predominância diferenciada de campos sociais, de acordo com a instância midiática produtora. Dentro dos jornais comerciais nacionais e estaduais, predomina o campo econômico, seguido do político. Também fica evidente que as fontes oficiais são preponderantes na colocação do tema na pauta dos jornais. Os acontecimentos jornalísticos seguem fielmente a agenda de divulgação dos administradores políticos e das estatais energéticas. Por sua vez, os jornais regionais pautam-se pelo mesmo fluxo informativo originado pelas assessorias dos órgãos governamentais, ao julgar pela observação dos noticiosos e a reprodução de temas que tem as mesmas informações do que os noticiários dos jornais de circulação estadual ou nacional. A pequena variação é a inclusão de fontes locais para comentar os temas oriundos das decisões e encaminhamentos dos órgãos do governo federal. O fluxo informativo é sempre do órgão nacional para o mais local. Não há esforço de apuração nem práticas de reportagem. Este opção no modo de produção editorial observado a partir da observação do conjunto de notícias analisado indica um forte silenciamento no que se refere à definição de fontes de informação. Este silenciamento de fontes outras leva à produção

de um discurso único. E desta forma, ao silenciar discursos divergentes e opiniões distintas sobre o tema, as notícias propagam a noção de fato consumado. Sem o contraditório, o acontecimento futuro é abordado como um acontecimento do presente. Não é um projeto. É uma decisão de governo que deve ser acatada. E, os benefícios financeiros oriundos da iniciativa, colhidos pelas administradores locais.

Esta prática é uma prática jornalística. Ao observar mais de perto os textos produzidos nos sites das empresas energéticas relacionadas com a obra (a saber, Eletrobrás, no Brasil, e Ebisa, na Argentina), classificados nesta análise inicial como fontes primárias de informação dentro do corpo noticioso sobre o Complexo de Garabi, temos uma estrutura informativa que aponta como principais argumentos favoráveis ao empreendimento a geração de desenvolvimento para a região e a necessidade de aumentar a geração de energia elétrica para os dois países. Ao fazer a verificação também dos documentos oficiais referentes ao projeto das duas hidrelétricas, existe uma marca enunciativa constante que poderia ser formulada como a necessidade da afirmação de que o Salto do Yucumã não será submerso e/ou atingido pelas barragens. É a materialização discursiva do fantasma do Salto do Yucumã. Confira os trechos seguintes.

1) “El desplazamiento aguas arriba del segundo aprovechamiento, desde Roncador a Panambí y además la reducción de la cota del embalse que se bajó en 34 metros, lo que implicará un reducción de 72% en la superficie del embalse por lo que se evita la inundación de los Saltos del Moconá/Yucumá.” - em <http://www.ebisa.com.ar/node/21>, acessado em 17 de março de 2011

2) “Las curvas de remanso se extenderán aguas arriba hasta que la sobreelevación que produzcan sea irrelevante, tanto en el cauce del río Uruguay como en sus principales afluentes, verificándose su incidencia en el Parque Estadual do Turvo y en los Saltos Moconá”. Licitación Pública Internacional N° 1/2010 - GARABI – PANAMBI, em <http://ebisa.com.ar/node/18>

3) “Deberán ser realizados perfiles topobatimétricos en el tramo que se extiende desde el eje de Panambí hasta los Saltos de Moconá, para ajustar el modelo hidráulico y evaluación del remanso en la zona de El Soberbio, Porto Soberbio, Parque Estadual do Turvo y Saltos Moconá”. Licitación Pública Internacional N° 1/2010 - GARABI – PANAMBI, em <http://ebisa.com.ar/node/18>

4) “Adotou-se como premissa o cumprimento das normativas ambientais dos

dois países e, em particular, que nenhum dos aproveitamentos considerados afetasse os Saltos de Moconá-Yucumã”. Estudo do Inventário do Rio Uruguai no trecho compartilhado entre Brasil e Argentina, Eletrobras, 2010, Pg. 3

5)“Antes do inventário nós colocamos três grandes premissas: que os empreendimentos fossem viáveis economicamente, socialmente justos e ambientalmente sustentáveis, incluindo aí a preservação integral dos Saltos de Yucumã”, afirmou o superintendente de Geração da Eletrobrás Sidney Lago. Yucumã, considerado o maior salto d’água longitudinal do mundo, é uma das maiores atrações turísticas da região, sendo sua preservação uma das reivindicações da população local”. (Site da Eletrobrás, secção de Notícias, de responsabilidade da Assessoria de Imprensa da Eletrobrás).

Esta obsessão governamental por tentar deixar bem claro que não há ameaça alguma ao Salto do Yucumã e às reservas florestais dos dois países revela uma estratégia discursiva de difundir entre a mídia nacional, estadual e regional (e, obviamente, aos públicos leitores) que não há motivo para que este assunto se torne pauta das coberturas jornalísticas. Por outro lado, junto aos sites de Ongs ambientalistas a formulação das sentenças se dá justamente em sentido diverso. Aqui, neste momento discursivo não há desenvolvimento possível nos moldes dos já propostos para os empreendimentos energéticos existentes e os planejados para o futuro. E que as perdas para a sustentabilidade serão irreversíveis, uma vez que não há garantias sobre o destino do Salto do Yucumã e o próprio governo admite um substancial “afogamento” de mata nativa, inclusive no próprio Parque Estadual do Turvo. Este antagonismo de pontos de vista, que segundo a norma clássica do jornalismo deveria estar exposto no uso de fontes diversificadas nas coberturas não acontece. Privilegia-se o silenciamento.

#### **4. Discurso dos ribeirinhos**

Geograficamente, o Rio Uruguai divide uma grande área binacional de preservação de floresta subdecidual de aproximadamente 80 mil hectares, sendo 17 mil hectares no Brasil, no Parque Estadual do Turvo e o restante na Argentina, no parque provincial de Moconã. Exatamente no centro desta área encontra-se o Salto do Yucumã (Salto del Moconã em Espanhol), a maior queda d’água longitudinal do mundo, com 1,8 quilômetros de extensão. Além da inigualável beleza paisagística, o local é um dos últimos habitats de inúmeras espécies da fauna e flora, além de inquestionável

biodiversidade. No entorno do Parque Estadual do Turvo vivem cerca de 5 mil pessoas.

A seguir um fragmento dos discursos dos ribeirinhos:

*“No terreiro de chão batido as cadeiras se mesclam a chinelos de borracha em constante arrastar e ajeitar. Os pés são tão inquietos quanto as mãos de seus donos. Mãos rudes e fortes que quando gesticulam enchem as frases de humor ferino e ênfase. O dançar dos dedos emoldura o trovejar da voz ou o gargalhar da boca. É uma conversa tensa. O cenário é verde e preto. Cachorros guaipecas coçam as pulgas enquanto os homens conversam. O assunto é caro aos cinco homens na casa dos 50 anos: a pesca no Rio Uruguai. Bonés surrados, maços de cigarros e chinelos de borracha acompanham os pescadores da Barra do Turvo, pequena localidade que testemunha o encontro do Rio Turvo com o Rio Uruguai. O dia está quente e úmido. A palavra está com Buda:*

*- Se isso acontecer a gente está acabado. Acabou os ribeirinhos. Já está cada vez mais difícil pescar. Com as barragens que estão aí, o nível do rio muda uma vez por semana. Com mais uma barragem, acabou.*

*- Não pode ser. Assim não vai dar mais para viver por aqui – intervém “Paquinha”.*

*- Acho que não é isso. Já ouvi falar dessa barragem. Não vai mudar nada aqui. É longe daqui. Não vai afetar – aponta Chico, nome por que é conhecido Aparício Roque de Andrade, 49 anos.*

*- Mas já tem menos peixe. Cada vez menos. Antes tinha mais, bem mais. Pintado e Surubi, quase não tem mais – retruca Buda.*

*- Mas agora tá melhorando. Replantaram nas margens a vegetação e tem tido muito mais comida para os peixes – recorda “Paquinha”.*

*- Mas o problema é quando abrem as comportas da represa lá de cima e vem aquele monte de água que dispersa os peixes tudo. Ai não dá para pescar nada, por uns dois dias – explica Silvio.*

## **5. O ato de silenciar.**

Ao produzir notícias sobre um determinado acontecimento cabe ao jornalista tomar inúmeras decisões. A dinâmica desta atividade é fruto de um intrincado jogo de ações pessoais diante de um manancial de pressões para que o resultado desta produção atenda a interesses variados. Como um para-raios no meio de uma forte tempestade o jornalista

não pode determinar como a tormenta vai se comportar. Mas tendo domínio de conhecimentos prévios sobre o fenômeno atmosférico pode ele se manobrar de maneira a evitar os perigos mortais e não encerrar a reportagem duro, preto e seco, atingido por um raio. Não. O conhecimento salva, embora em pequeno grau iluda. É necessário para desafiar a tempestade saber tudo sobre ela. E, se tudo falhar, uma eficiente saída de emergência. É um passo para trás e dois para frente. Bailando este tango mal figurado o repórter vai no seu rumo, como que farejando o perfume de uma bela mulher. O vento sopra sempre contra. A chuva gela até os ossos. Mas ele segue ouvindo as pessoas. Muitas. Escutar as histórias, checar, entrevistar, verificar, pesquisar, ler e ouvir. Não existem muitas novidades, apenas uma inexplicável inaptidão para explicar fatos mal explicados. Atravessar a rua. E nunca silenciar. Nem a ninguém, nem a si próprio.

Por este motivo, incluímos um trecho do discurso dos ribeirinhos como forma de possibilitar a reflexão sobre o tema da forma mais jornalística possível. Entendemos que o jornalismo é uma atividade que produz e veicula conhecimentos. O jornalismo ambiental só produzirá conhecimento ao se defrontar com a realidade. Imergir nela com todo o aparato técnico e teórico e produzir a partir desta inserção conhecimento jornalístico.

### **Referências**

- ALSINA, Miguel Rodrigo. La construcion de la noticia. Barcelona, 70 hydras, 1989.
- ARAÚJO, Inesita. Mercado simbólico: interlocução, luta, poder. Um modelo de comunicação para políticas públicas. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989.
- ELETROBRÁS. Estudo do Inventário do Rio Uruguai no trecho compartilhado entre Argentina e Brasil. Informativo. Novembro de 2010.
- GIRARDI, Ilza Maria Tourinho, org. SCHWAAB, Reges Toni, org. Jornalismo Ambiental: desafios e reflexões. Porto Alegre: Editora Dom Quixote, 2008.
- PINTO, Milton José. Comunicação e discurso: introdução à análise de discurso. São Paulo: Hacker Editores, 1999.
- PAIM, Elisângela Soldatelli e ORTIZ, Lúcia Schild. Cartilha Rio Uruguai- Hidrelétricas na Bacia do Rio Uruguai. Disponível em [www.natbrasil.org.br/publicacoes.html](http://www.natbrasil.org.br/publicacoes.html) – Acessado em março de 2008

SANTOS, Milton. Técnica Espaço Tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1998.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo. Porque as notícias são como são. Florianópolis. Editora Insular: 2005, Vol 1 e 2.

VILAS BOAS, Sérgio. Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos. São Paulo: Summus, 2004.

VERON, Eliseo. A produção de sentido. São Paulo: Cultrix, 1980.

---

<sup>1</sup> Professor da Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul (RS), Brasil, no Curso de Jornalismo. É doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na linha de pesquisa de Jornalismo e Editoração. Atua no Grupo de Pesquisa Mídia e Ação com os seguintes temas: Jornalismo, Jornalismo Ambiental, Fotografia e Reportagem. Outros enfoques de trabalho de pesquisa são Análise do Discurso e a questão da formação de sentido analisando os produtos jornalísticos na sociedade brasileira. E-mail: cadredominguez@gmail.com